

RICARDO RANZOLIN

Professor convidado dos cursos de pós-graduação da PUC/RS.

Especialista e Mestre em Direito Processual Civil.

Advogado

CONTROLE JUDICIAL DA ARBITRAGEM



Rio de Janeiro

2011

1ª edição 2011

© *Copyright*
*Ricardo Ranzolin*CIP Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

R163c

Ranzolin Ricardo, 1965

Controle judicial da arbitragem / Ricardo Ranzolin. Rio de Janeiro: GZ Ed., 2011.
244p.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-62490-53-8

1. Arbitragem e sentença. 2. Acesso à justiça - Brasil. I. Título.

10-5211.

CDU: 347.918

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/98).

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela

GZ EDITORA

Travessa do Paço nº 23, salas 609 e 1.208 Centro
CEP: 20010-170 – Rio de Janeiro RJ
Tels.: (21) 2240-1406 / 2240-1416 Fax: (21) 2240-1511
e-mail: contato@editoragz.com.br
www.editoragz.com.br

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Agradecimentos</i>	V
<i>Prefácio</i>	XI
Introdução	i
1. Delimitação da Temática	i
2. Metodologia	2
Capítulo 1 – Feição Contemporânea da Arbitragem. Projeção da Categoria Jurídica das <i>Alternative Dispute Resolution</i>	7
Capítulo 2 – Evolução Legislativa da Arbitragem	19
2.1. O Embrião da Arbitragem	19
2.2. Breves Registros Históricos da Legislação sobre Arbitragem no Brasil	21
2.3. Contexto da Nova Lei Brasileira. A Disseminação da Arbitragem nos Países Desenvolvidos	26
2.4. Insuficiência da Legislação Antecedente e as Linhas Gerais da Nova Lei de Arbitragem Brasileira	34
Capítulo 3 – Institutos Afins: Distinções em Relação à Arbitragem	41
3.1. Arbitragem de Direito Internacional Público	41
3.2. Arbitramento	42
3.3. Arbitragem Irritual e Pacto de Arbitramento	44
3.3.1. Arbitragem irritual	44
3.3.2. Pacto de Arbitramento	46
Capítulo 4 – Natureza Jurídica da Arbitragem à Luz do Conceito de Jurisdição	49
4.1. Principais Proposições Doutrinárias sobre a Natureza da Arbitragem	51
4.2. Evolução do Conceito de Jurisdição	58
4.2.1. Conceito clássico de jurisdição	59
4.2.2. Interdependência entre processo e jurisdição. Concepção atual da unidade jurisdicional à luz das garantias constitucionais	63
4.3. Noção de Jurisdição na Constituição Brasileira. A Rígida Delimitação dos Órgãos Jurisdicionais e a Nova Lei de Arbitragem	67
4.4. Comparação entre a Natureza do Processo Judicial e a da Arbitragem	73
4.4.1. A Teoria do Direito Abstrato de Ação. O caráter público e a forma angular da relação jurídica processual	74

4.4.2. Visão geral dos fundamentos do direito à arbitragem e os traços distintivos em relação ao processo judicial	79
4.5. Posicionamento da Arbitragem diante da Autotutela, da Autodefesa e da Autocomposição	82
Capítulo 5 – Fundamentos do Direito à Arbitragem. A Eficácia da Convenção Arbitral	87
5.1. Eficácia Negativa da Convenção Arbitral	87
5.1.1. Renúncia ao exercício da pretensão processual insita à Convenção Arbitral	87
5.1.2. O direito ao processo como direito subjetivo	91
5.1.3. Aplicação dos Princípios da Inafastabilidade do Poder Judiciário e da Demanda em face da Convenção Arbitral.....	94
5.1.3.1. Breve identificação da categoria dos princípios no ordenamento jurídico ...	95
5.1.3.2. Princípio da Inafastabilidade do Poder Judiciário	97
5.1.3.3. Princípio da Demanda	100
5.1.3.4. Ponderação entre os Princípios da Inafastabilidade do Poder Judiciário e da Demanda e os limites da renúncia ao exercício da pretensão processual	101
5.1.4. Eficácia da cláusula compromissória.....	104
5.1.5. Exceção processual de Convenção Arbitral. Inaplicabilidade dos institutos da eleição de foro, da exceção de competência e da litispendência em face da Convenção Arbitral	109
5.1.6. Classificação da exceção processual de Convenção Arbitral. A categoria dos impedimentos processuais.....	112
5.2. Eficácia Positiva da Convenção Arbitral.....	115
5.2.1. Panorama das Teorias da Autonomia Privada e do Negócio Jurídico. Fundamentos da eficácia positiva da Convenção Arbitral.....	115
5.2.2. Classificação e objeto da Convenção Arbitral. O negócio jurídico ad finiendam litem	122
5.2.3. Convenção Arbitral como negócio jurídico de direito processual e material.....	125
5.2.4. Exuberante regulamentação da arbitragem. Normas de ordem pública como fundamento complementar da eficácia positiva da Convenção Arbitral.....	128
5.2.5. Ações para imposição da Convenção Arbitral.....	132
Capítulo 6 – Aspectos relativos à arbitragem e seu controle judicial. A convivência entre juízo arbitral e estatal.....	137
6.1. Princípio Competência-Competência	138
6.2. <i>Separability Concept</i>	140
6.3. Condição Jurídica dos Árbitros.....	141
6.4. Princípio da Máxima Equiparação Possível da Decisão Arbitral à Sentença Judicial	142
6.5. Decisão Arbitral e as Tutelas Executiva e Mandamental.....	145
6.6. Medidas Coercitivas Aplicadas Diretamente pelo Árbitro	148
6.7. Decisão Arbitral e a Tutela de Urgência	150
6.7.1. Arbitrabilidade da tutela de urgência	150

6.7.2. Pressupostos da flexibilização da eficácia negativa da Convenção Arbitral diante da tutela de urgência	155
6.7.3. Arbitragem e a tutela antecipatória	162
6.7.4. Cabimento da solicitação da execução da tutela de urgência formulada de ofício pelo árbitro	164
6.7.5. Procedimento da solicitação da execução da tutela de urgência.....	166
6.8. Decisão Arbitral, Instâncias Revisionais e Coisa Julgada	168
6.9. Controle Judicial da Decisão Arbitral	175
6.9.1. Fundamentos e limites do controle judicial da decisão arbitral.....	175
6.9.2. Ação de nulidade da decisão arbitral	180
6.9.3. Impugnação da execução da decisão arbitral.....	183
6.9.4. Decisão arbitral e ação rescisória.....	189
6.9.5. Decisão arbitral e querela nullitatis insanabilis	191
6.9.6. Decisão arbitral e pretensão de quebra atípica da coisa julgada.....	192
6.10. Efeitos da Decisão Arbitral frente aos Terceiros.....	194
6.11. <i>Efeitos Anexos</i> à Decisão Arbitral	202
Conclusões	205
Bibliografia	217